



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

1 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 23 2 DE SETEMBRO DE 2021.

3 Ao vigésimo terceiro (23º) dia do mês de setembro de dois mil e vinte e um (2021), às oito horas e vinte minutos
4 (8h20), iniciou-se a décima sexta (16ª) Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Franca,
5 realizada de forma híbrida, sendo presencialmente no Sindicato dos Serviços Públicos Municipais, sito Rua Prudente
6 de Moraes, nº 697 – Cidade Nova – Franca/SP e virtualmente pela Plataforma da Prefeitura com acesso pelo link:
7 <https://conferencia.franca.sp.gov.br/b/mar-fx9-wn9>. A reunião foi coordenada pelo presidente e representante
8 titular da sociedade civil, representando as Organizações de Trabalhadoras e Trabalhadores da Assistência Social,
9 Senhor Óiter Cassiano Marques. Estiveram presentes na reunião dezesseis (16) conselheiros(as), sendo doze (12) da
10 Sociedade Civil e quatro (04) do Poder Público, com (as)os seguintes **Conselheiros(as) Titulares:** Ketelin – Ricardo
11 Berbel Martins, Viviane Cristina Silva Vaz Ribeiro, Alessandra Aparecida da Silva, Josiane Aparecida Antunes de
12 Campos, Óiter Cassiano Marques, Laura Cristina Gomes Lima, Luzia Regina Alves, Roberta Pucci de Melo, Ana
13 Paula Pinto Marafiga e Jandira de Almeida Ramos. **Conselheiros(as) Suplentes na Titularidade:** Luís Otávio
14 Montelli. **Conselheiros Suplentes:** Patricia Regina Dupim, Marcia Tomie Nakao, Wagner José de Oliveira, Lais de
15 Carvalho Souza e Carlos Eduardo dos Santos. A reunião contou com a participação de diversos convidados da rede
16 socioassistencial e outros. A pauta da reunião, após aprovação, foi a seguinte: 1 – Ordem do dia: – Chamada e
17 Verificação de quorum; – Apresentação das justificativas dos conselheiros ausentes. 2. Deliberação sobre as Atas da
18 14ª Reunião Ordinária (05.08) e da 7ª Reunião Extraordinária (26.08) do CMAS. 3. Aprovação da pauta. 4.
19 Assuntos: **4.1 – Recebimento de Ofício nº 1223/2021/MC/SEDS/SNAS/GAB/CAAD, em resposta ao Ofício CMAS**
20 **44.2021 – definição de encaminhamentos;** **4.2 – Recebimento de Ofício 280/21 - 3º PJF - gmpc,, referente IC nº**
21 **14.0722.0002774/2020-2 Saúde Pública- Apresentação de devolutiva de encaminhamentos da Comissão conjunta**
22 **de Conselhos (CMAS/CMPCD/CMS/COMUPI);** **4.3 – Avaliação da XII Conferência Municipal de Assistência**
23 **Social pelos conselheiros;** **4.4 – Recomposição de comissões de Trabalho – 2021-2022** **4.5 –Recomposição das**
24 **equipes de acompanhamento da rede socioassistencial.** 5 – Informes: **5.1 – Encaminhamento de Estatuto Social**
25 **Alterado – APAE;** **5.2 – Abertura do Censo SUAS 2021– prazos previstos.** O Presidente Óiter iniciou a reunião
26 cumprimentando os conselheiros e convidados presentes e passou a palavra para a 2ª Secretária do CMAS, Alessandra
27 Aparecida da Silva, que realizou a chamada dos(as) conselheiros(as) anunciando o alcance do quórum e a presença de
28 onze (11) conselheiros(as) titulares ou suplentes na titularidade. Em seguida foram apresentadas as justificativas de
29 ausência dos(as) seguintes conselheiros (as): Rute Alves Silveira, Rosemary Aparecida de Oliveira, Yheda Maria de
30 Lanes Gaioli, Sulia das Neves Nascimento, Simone Martins Ramos, Jussara Barreto, Eder Furtado Ribeiro, Gisleide
31 Branquinho Ramos, Karla Regina Messias Oliveira, Josiane Aline de Oliveira Freitas e Leandro Ferreira. Alessandra
32 confirmou também o quórum necessário de leitura antecipada das atas da 14ª Reunião Ordinária (05/08) e da 7ª
33 Reunião Extraordinária (26/08) do exercício de 2021, que foram aprovadas. Logo após, a mesma fez a leitura da
34 pauta, que também foi aprovada sem alterações e assim, iniciou-se a discussão dos assuntos da pauta pelo item **4.1 –**
35 **Recebimento de Ofício nº 1223/2021/MC/SEDS/SNAS/GAB/CAAD, em resposta ao Ofício CMAS 44.2021 –**
36 **definição de encaminhamentos;** O presidente Óiter fez a leitura do item da pauta e solicitou que a Secretária



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

37 Executiva Maria Amélia explicasse sobre o teor do referido ofício. A secretária-executiva contextualizou o assunto,
38 informando que se trata de resposta ao colegiado sobre o Manifesto pelo Financiamento Híbrido (SUS e SUAS) para
39 os Serviços de Acolhimento Institucional para a Pessoa Idosa e o Manifesto pelo Repasse de Cofinanciamento
40 Integral da União para o SUAS. Lembrou que o colegiado encaminhou os referidos manifestos para diversos órgãos e
41 por esse motivo recebeu a resposta da Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS. Fez um breve resumo sobre
42 o ofício destacando que, com relação ao manifesto pelo cofinanciamento integral da União, a SNAS menciona a
43 publicação da Portaria MC nº 2.362/2019, que tem por objetivo a equalização do cofinanciamento federal do SUAS à
44 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA) e pontua que a mesma está em acordo
45 com as disposições normativas, citando a Constituição Federal, a LOAS, dentre outras. O documento traz ainda que
46 foi instituída uma Câmara Técnica no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) que objetiva discutir e buscar
47 estratégias para a regularização e recomposição do orçamento da assistência social. Em relação ao manifesto pelo
48 Cofinanciamento Híbrido SUS e SUAS, Maria Amélia informou que o documento traz algumas estratégias e ações
49 que a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) vem adotando, por meio de diálogo com representantes do
50 Ministério da Saúde (MS). Destaca também a constituição do Grupo de Trabalho (GT) da Política Nacional de
51 Cuidados, com representantes do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), do Ministério
52 da Cidadania (MC), do Ministério da Educação, Ministério da Saúde (MS) e do Instituto Nacional do Seguro Social
53 (INSS) e que tem como objetivo formular uma proposta para a criação da Política Nacional de Cuidados. Por fim, o
54 Secretário Nacional sugere que o conselho encaminhe o referido manifesto para a Secretaria-Executiva deste GT da
55 Política Nacional de Cuidados e manifesta a importância da iniciativa do CMAS de Franca/SP em trazer esse debate
56 sobre as condições de funcionamento e as demandas das ILPIs. Os conselheiros fizeram alguns comentários sobre a
57 desresponsabilização do Estado e da União, no que se refere ao cofinanciamento da Assistência Social, o que
58 sobrecarrega os municípios. Maria Amélia sugeriu que a comissão de orçamento do CMAS acompanhe as discussões
59 e reuniões da CIT, uma vez que a recomposição do orçamento tem sido uma pauta recorrente naquele espaço de
60 debate. Com relação a proposta de enviar o manifesto ao GT da Política Nacional de Cuidados, o colegiado aprovou
61 por unanimidade esse encaminhamento. Finalizado esse assunto, o presidente Óter passou ao item **4.2 –**
62 ***Recebimento de Ofício 280/21 - 3º PJJ - gmpc, referente IC nº 14.0722.0002774/2020-2 Saúde Pública-***
63 ***Apresentação de devolutiva de encaminhamentos da Comissão conjunta de Conselhos***
64 ***(CMAS/CMPCD/CMS/COMUPI)*** – O presidente solicitou que a conselheira Viviane apresentasse o assunto ao
65 colegiado, uma vez que ela também participou da reunião conjunta, porém como representante do Conselho da Pessoa
66 com Deficiência - CMPCD. Viviane fez uma breve contextualização informando que o referido inquérito civil se
67 iniciou em 2020 e, na ocasião, a realidade era um pouco diferente. Disse que, desde a publicação da primeira
68 Resolução nº001/GABSECSAÚDE/2020, que dispunha sobre a regulamentação da distribuição gratuita de fraldas
69 descartáveis, houve impasse em relação às condicionalidades impostas por aquela resolução, bem como as
70 dificuldades que gerariam para o acesso a esse insumo hospitalar. Assim, na ocasião, os conselhos buscaram o diálogo
71 com a Secretaria da Saúde, porém, apesar de apresentar contrapropostas, observou-se poucos avanços. No início deste
72 ano a normativa foi revista, com a publicação da Resolução nº006/GABSAUDE/2021, porém ainda permanecem

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

73 alguns critérios excludentes, tais como critérios de renda, apenas acamados podem acessar e ainda a limitação de
74 quantidade de fraldas, o que não está de acordo com o SUS, que é política universal e de direito de todos. Maria
75 Amélia complementou informando que, diante desta situação o Ministério Público solicitou informação aos conselhos
76 sobre a demanda reprimida existente e assim foi solicitada essa informação à Secretaria de Saúde e às entidades que
77 atendem idosos e pessoas com deficiência. Em resposta a Secretaria de Saúde informou que não há demanda
78 reprimida e as entidades apresentaram a situação de seus usuários. Após as explicações, como encaminhamento, ficou
79 definido que o grupo das mesas diretoras dos conselhos realizarão o levantamento da situação, conforme informação
80 das entidades, e encaminharão o ofício e os dados ao Ministério Público e posteriormente o documento será
81 socializado com o colegiado. Passou-se em seguida ao item **4.3 – Avaliação da XII Conferência Municipal de**
82 **Assistência Social pelos conselheiros;** A Secretária-executiva informou que o colegiado deve realizar uma avaliação
83 específica sobre a conferência. Apresentou o instrumental e ficou definido que os conselheiros deverão encaminhar a
84 avaliação preenchida no máximo até o dia seguinte, 24 de setembro. Em seguida foi realizada uma avaliação coletiva
85 sobre os pontos positivos, negativos e demais considerações sobre a XII Conferência Municipal de Assistência Social.
86 Dentre os principais Pontos positivos, foram destaque: a realização do evento, apesar da situação de pandemia, num
87 momento complicado e desafiador; boa participação, ainda que neste contexto teve ;a participação da LIEB (Lar de
88 Idosos Eurípedes Barsanulfo) que instalou um telão para os usuários participarem, bem como, a organização de outras
89 entidades e serviços, que propiciaram a participação em pequenos grupos de usuários; as pré-conferências
90 enriqueceram as reflexões, com uma participação mais efetiva em grupos pequenos; empoderamento ao fazer
91 atividades de natureza diversa ao habitual, com a reinvenção de um modelo de conferência; dentre outros. Com
92 relação aos Pontos negativos, destaca-se: os eixos propostos foram muito amplos, complexos, porém repetitivos; o
93 modelo de conferência de forma remota demandou mais empenho e esforço de quem estava à frente dos trabalhos;
94 demora na disponibilização do tema da conferência prejudica a organização; o tempo para a realização da conferência
95 deve ser ampliado, apenas dois dias não foi suficiente; observou-se uma dificuldade no acesso às informações,
96 desalinhamento e confusão de comunicação; a ampliação de horário no segundo dia de conferência prejudicou a
97 participação até o final; centralização nos condutores da conferência; pouca participação de usuários e trabalhadores
98 na formulação das propostas; dificuldade de acesso remoto. Como considerações finais, após discussões destacou-se:
99 o conselho deve discutir e tratar da conferência com antecedência, não somente no ano de realizá-la; criar comissão
100 permanente no CMAS para tratar sobre os assuntos de conferências de assistência social, com a discussão continuada
101 de temas e propostas; monitorar as deliberações. Finalizado esse assunto, passou ao item: **4.4 – Recomposição de**
102 **Comissões de Trabalho – 2021-2022** – O presidente Óiter iniciou o assunto e solicitou que a Secretária Executiva
103 Maria Amélia apresentasse as comissões existentes. Maria Amélia ressaltou a importância das comissões e informou
104 que de acordo com o Regimento Interno do CMAS, todos os conselheiros, titulares e suplentes, devem integrar ao
105 menos uma comissão. Em seguida demonstrou o quadro de comissões de trabalho e os conselheiros foram se
106 inserindo, conforme interesse. Ao final, considerando que nem todos os conselheiros estavam presentes, ficou
107 definido que a Secretaria-Executiva encaminhará o quadro de comissões por email e solicitará que os(as) conselheiros
108 verifiquem em quais comissões pretendem ser incluídos, especialmente aqueles que ainda não estão integrados em



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

109 nenhuma. Os conselheiros devem se manifestar até o dia 27 de setembro, próxima segunda-feira, e após esse prazo a
110 Secretária poderá incluir, aleatoriamente, todos os conselheiros que não estiverem em nenhuma comissão. Em
111 seguida, os conselheiros se manifestaram sobre a necessidade de elaboração de um cronograma de trabalho e de
112 reuniões. Maria Amélia lembrou que de acordo com regimento interno as comissões devem nomear um coordenador,
113 entre seus integrantes, elaborar o seu Plano de Trabalho, buscando atuar de forma mais autônoma. Ao final decidiu-se
114 que, assim que as comissões estiverem compostas, os integrantes se organizarão para nomear um coordenador,
115 elaborar o seu Plano e cronograma de trabalho, devendo apresentá-lo ao colegiado em prazo a ser definido na próxima
116 reunião. Em seguida, passou-se ao item **4.5 – Recomposição das equipes de acompanhamento da rede**
117 **socioassistencial**. Maria Amélia lembrou que o colegiado havia deliberado por realizar o acompanhamento da rede de
118 proteção social básica até o final do mês de agosto, porém, a maioria dos conselheiros não conseguiu realizar esse
119 trabalho. Os conselheiros pontuaram a necessidade de dar continuidade a esse acompanhamento ainda este ano,
120 definindo por realizar o acompanhamento de toda a rede socioassistencial, tanto da proteção social básica quanto da
121 especial. Assim, a Secretária-executiva, elaborará o quadro de entidades e serviços e fará a indicação e organização de
122 duplas para o acompanhamento, devendo apresentá-lo na próxima reunião, na qual serão definidos os prazos.
123 Finalizados os assuntos passou-se aos informes que foram apresentados pela Secretária Executiva. **5 – Informes: 5.1**
124 **– Encaminhamento de Estatuto Social Alterado – APAE**; Maria Amélia informou que a APAE apresentou o estatuto
125 com as alterações realizadas, para ciência do CMAS e arquivo na pasta da entidade. **5.2 – Abertura do Censo SUAS**
126 **2021 – prazos previstos** – Maria Amélia apresentou o cronograma de abertura do CENSO SUAS 2021, no qual os
127 conselhos terão o prazo de 18 de outubro a 10 de dezembro para o preenchimento do documento. Disse que
128 normalmente a Mesa Diretora se reúne para preencher o documento, que é apresentado ao colegiado para deliberação
129 e posterior inserção no sistema, que é um trabalho realizado pela Secretária-executiva. Disse ainda que o Censo
130 SUAS dos serviços, unidades estatais, gestão e outros, tem prazos distintos e a responsabilidade pela coleta de dados e
131 inserção no sistema é da Gestão municipal. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada às (10h55) dez
132 horas e cinquenta e cinco minutos, e eu, Maria Amélia Facioli Vergara, secretária-executiva deste CMAS, lavrei a
133 presente ata, que uma vez lida e aprovada será anexada a lista de presença.